

## A CRIAÇÃO DE GADO NA REGIÃO DA FRANCA, EM 1830

José Geraldo Evangelista

Foi a partir de 1795 que as listas de moradores de Mogi Mirim (1) acusaram a existência de uma "Povoação nova entre as três Capitanias 12 léguas da Estrada Rio Grande assima", indicando a chegada de mineiros, provenientes da Comarca do Rio das Mortes, ao velho Caminho de Goiás, fundando um povoado, que seria depois a Vila Franca do Imperador.

Embora o caminho fosse conhecido, a região era praticamente despovoada, pois em 1783 havia somente 18 fogos, com 260 moradores, desde o Rio Pardo até o Rio Grande, que eram remanescentes do bandeirismo das minas de Goiás e deviam viver aquela situação de exaustão e penúria, porque passou a Capitania de São Paulo, na segunda metade do século XVIII, em que os habitantes, mamelucos, retomaram muitos dos hábitos indígenas. Realmente, nas listas de moradores declara-se de muitos deles que "he pobre, não tem nada", "vive da roça para comer", "vive de pescar".

Já os mineiros, que começavam a chegar, estavam muito longe da miséria dos velhos paulistas. Eram famílias patriarcais, com muitos filhos, muitos agregados e escravaria numerosa: "plantou 2 alqueires de milho e colheu 400 alqueires; de meio alqueire de feijão colheu 15 alqueires; marcou 3 animais vacum", como Inácio Gonçalves Barbosa, em 1805; ou "plantou para o seu gasto 5 alqueires (milho), colheu 6 carros, que consumiu: plantou 1 alqueire de feijão, colheu 8 alqueires, que gastou; 1 quarta de arroz, colheu 5 alqueires; engordou 12 capados, vendeu a 2 a 2.000, que importaram 4.000", como o Sargento José Garcia Leal, 1814. Quando ainda não apresentavam produção era porque "he novo, entrante", não tinham organizado ainda suas propriedades.

Dáí, o crescimento rápido dos moradores da Franca, que sendo 856, em 1805, ano da criação da Freguesia e nomeação do Vigário, passaram a ser 1834 em 1810, 1970, em 1814, 2.252, em 1818, para atingir 2.968, em 1820.

Também antigos pousos e povoados, em consequência desta entrada de mineiros, foram elevados a freguesias e vilas, como Caconde (em 1775), Casa Branca e Batatais (em 1814), Carmo, depois Ituverava (Capela em 1818).

Instalada a Vila Franca do Imperador, a 28 de novembro de 1824, organizou prontamente seus livros de escrituração municipal, entre eles o de "Assentamento dos Gados" (2), destinado a registrar o ferro de marcar o gado dos seus munícipes, que provinham de uma região que se limitava ao sul com Mogi Mirim (vila desde 1769), a leste e ao norte com a Província de Minas Gerais (onde havia as vilas de São Carlos do Jacuí, o Arraial do Desemboque, em terras da atual Sacramento e o primitivo Arraial da Farinha Podre, depois Vila de Uberaba) e ao oeste com o sertão, onde só existiam a Freguesia de São Bento de Araraquara e o Arraial de Jaboticabal.

Estes "entrantes" já se dedicavam à criação, na sua região de origem, onde existiam condições geográficas favoráveis (3) mas cuja ocupação estava próxima da saturação, pelo aumento contínuo do rebanho.

O gado bovino, que traziam consigo, era proveniente daquelas boiadas introduzidas por Garcia D'Ávila, na Bahia, que subiram o Rio São Francisco e chegaram às suas cabeceiras, mais tarde chamado de gado "franqueiro", "junqueiro" ou "curraleiro", que foi cruzado, segundo ofício da Câmara Municipal da Franca, "com raças diversas, como o gado tourino, china e o gado de chifres grandes denominado crioulo" (4).

A importância da região é revelada pelo número de criadores, que foram registrar seu ferro e que alcançou a 711, desde 1825 a 1836 (688, em 1829), dizendo possuir 37.768 bovinos, com média de 50 cabeças por criador, número que seria menor se excluíssemos os 34 criadores, que declararam possuir mais de 200 animais.

Estes 37.768 bovinos discordam inteiramente daqueles 1.817, que o Marechal Muller registra em seu quadro estatístico, em 1837 (5). Aliás, superior ao do total da Província, que Muller dá como sendo de 35.576, com mais da metade em Castro e Curitiba.

Assim, o "Livro de Assentamento dos Gados" demonstra que na primeira metade do séc. XIX, existia, ao lado da região cafeeira do Vale do Paraíba e da açucareira da Depressão Periférica, uma outra área de características nítidas, que ficou desconhecida até agora (6).

Com um número tão grande de criadores, pode-se pensar que a criação seria mais ou menos intensiva, com aproveitamento do leite, pastos cercados e o rebanho assistido diretamente pelo proprietário, numa repetição da paisagem sul-mineira (7).

O gado encontrou facilidades que explicam o sucesso de sua criação: pastagens naturais — o "capim mimoso" ou o cerrado, facilmente aberto a fogo — um planalto alteado a 1.000m, sem grandes calores e condensando chuvas (8), possibilidade de obtenção de sal na Vila de São Carlos (depois, Campinas), por estrada que permitia o trânsito de carros e livre de ataques de índios.

Ao lado dos que tinham menos de 50 cabeças, existiam também grandes criadores, como os Faleiros, na Fazenda Boa Vista, com 1.800 animais, os Alves de Figueiredo, na Alagoas, com mais de 800, os Alves Moreira, na São Pedro, com mais de 1.000, os Gomes Pinheiro, na Cachoeira, com mais de 1.600, os Arantes, nas Macaúbas, com mais de 1.500, os Salgueiros, na Paciência, com mais de 1.200, os Junqueiras, na Invernada, com mais de 1.900, os Pereira Lima, na Rio Pardo, com mais de 1.300.

Tinham os criadores como centro a Vila Franca. Já em 1813, o quadro de ocupações, que acompanhou a Lista de Moradores, registrava dois membros do clero, 4 mercadores, 3 sapateiros, 4 alfaiates, 4 ferreiros, 7 jornaleiros, 1 taberneiro, 15 carpinteiros, 1 louceiro e 2 ourives, além de 204 agricultores, 451 pobres e 700 escravos.

Em 1830, era um centro de importância, talvez a primeira “capital regional” do interior paulista, legítima “boca de sertão”. O seu “Livro de Registro de Licenças de Comerciantes” (9) inscreveu 55 negociantes, naquele ano, total que subiu para 92, em 1834, a que devem ser acrescidos os 105 profissionais de artes e ofícios, de que nos conta o Marechal Muller. Para uma população urbana de 885 fogos, estes comerciantes e artífices seriam numerosos demais mas explicados facilmente pela enorme região que servia, próxima, o seu próprio município e distante — Triângulo Mineiro, sul de Goiás, sudoeste mineiro e sul de Mato Grosso.

No município, o comércio dos arraiais consistia em 11 negociantes na Capela do Carmo, 9 na Cana Verde e 12 em Cajuru. As ligações com a vila-mãe eram muito fortes, havendo comerciantes que abriam casa na Vila e outras nos arraiais. Na Vila existiam “casas de comissões”, como diz o “Livro de Registro de Comerciantes”, que eram verdadeiros atacadistas, abastecendo as filiais. É a razão da existência das 665 éguas, que aparecem no “Livro de Assentamento dos Gados”, libertando comerciantes e criadores da dependência exclusiva da feira de Sorocaba e serviriam não só para o transporte no município, como para substituição nas tropas, que transitavam para Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro.

O aproveitamento do rebanho pode ser percebido pelas licenças concedidas aos comerciantes para “talhar carne verde e charquear”, apesar das imperfeições do registro no livro próprio, bastando dizer que não consta nenhuma licença em 1837, sequer para os marchantes da Vila. Todavia, de 1832 a 1842, com exceção de 1837, as charqueadas sempre pagaram o imposto correspondente, embora o seu número tenha variado, sendo somente uma em 1833, 1834 e 1842, duas em 1832, 1840 e 1842, três em 1836 e cinco em 1835, 1838 e 1839.

É uma pena que só tenhamos consultado os registros até 1842 e assim não sabemos até quando foi a atividade dos charqueadores, como

também não sabemos qual a produção de carne seca, “solas” e couros. As atas da Câmara Municipal também nada dizem a respeito. O Prof. Alfredo Henrique Costa cita, porém, o Código de Posturas do município, de 1831, que taxava, entre outros, as “solas” e os couros providos de Minas Gerais e as oficinas de sapateiros, seleiros e as “fábricas de cortume” (10). O “Livro de Registro de Licenças de Comerciantes”, porém, não registra nenhum. Que havia sapateiros em grande número não há dúvidas e Raul de Andrada e Silva constatou na “Tabela do Termo da Vila Franca do Imperador” a existência de 30 “oficiais mecânicos” deste ofício (11).

Até esta primeira metade do séc. XIX, nada mais foi encontrado, por enquanto, que mostrasse a continuidade do artesanato ligado ao couro e que pudesse filiá-lo, diretamente, ao maior centro nacional de calçados, em que Franca se transformou um século depois.

Acreditamos que este hiato cronológico se deva à lenta chegada da cultura do café, pois se o relatório enviado pela Câmara Municipal ao governo provincial, em 1854, afirma que “a criação de gado é a principal indústria, não chegando assim mesmo para a procura”, diz também que “a produção (de café) se tem aumentado consideravelmente de três anos a esta parte, e já se exporta algum, prometendo grande incremento” (12), o que é reforçado no relatório de 1856, de que “ocupa lugar de destaque o café, cujo arbusto de 2 anos verga ao peso do fruto de qualidade superior” (13).

O choque entre a criação de gado e a cultura do café estendeu-se até a penúltima década do século passado e a própria Câmara Municipal da Franca é quem o revela, dizendo que o desenvolvimento da lavoura cafeeira foi feito “apesar dos hábitos e rotinas do país, tais como: a dificuldade dos fechos, a necessidade de repetidas capinas nos primeiros anos, a necessidade de cada um produzir produtos de subsistência que não encontram a venda, as grandes distâncias” (14).

A vida dos criadores de gado era de grande austeridade, quer pela rusticidade da época e do lugar, quer pelas origens mineiras de cada família. Um sociólogo eminente afirma que “os elementos que formam ali (em Minas Gerais) a base histórica da população não são fidalgos de raça mas sadios e fortes campônios do Douro, do Minho e das Beiras, sérios, sóbrios, honrados, de feitura patriarcal e índole pacifista e tão pobres que, no dizer de um cronista, “traziam às costas tudo que possuíam”... Pela pureza dos seus costumes, pela sua modéstia, pela sua hospedeira bonomia, pela sua imaculada honradez, são os genuínos patriarcas de nossa civilização. Gente democrática por temperamento... modestos, íntegros, lhanos, inteiramente sem arrogância mas cheios de hombridade e independência” (15).

Assim, é preciso ler com cautela as observações de D’Alincourt, de que Franca era um local de couro e homsio e que sua

fama era má, “por causa dos facinorosos que, em grande número, a habitam” (16). Parece que o viajante tomou as exceções como regra. Mesmo que os criminosos fossem muitos, isto só ocorreu até a elevação do povoado à vila. Mesmo o episódio da “Anselmada” — as três invasões armadas da Vila — não pode ser visto com a ótica de D’Alincourt, pois as suas motivações foram políticas (17).

Também o saudoso Aluísio de Almeida nos dá um quadro vívido da existência dos criadores, no começo do século: “plantação de milho, com a qual criavam os porcos e faziam farinha (e o feijão sempre plantado entre as filas de milho). Tinham, pois, no toucinho e na farinha a base de sua dieta, herdada dos paulistas. Os mais ricos montam engenhos de açúcar ou de aguardente. Perto da mata há campos em grande extensão para criar, fora do estábulo, o gado vacum. Do queijo e da venda dos suínos, vivos ou reduzidos a toucinho, tiram o necessário para a compra das fazendas de mar em fora, principalmente o sal e o ferro, pois que o algodão arbóreo dá até três anos no quintal, para os teares manuais, enquanto a lã dos carneiros fornece a coberta. Não há muita ambição de ouro, ao que parece, pois todas as posses estão na terra e no gado; os escravos são poucos, a vida social pouco dispendiosa” (18).

Esta frugalidade de novos espartanos nem sempre era entendida por viajantes. Pois Saint-Hilaire não disse da fazenda de um, onde se hospedara, que “sua casa de residência era tão imunda, quanto a em que eu, na véspera, havia passado a noite”? (19). E o Visconde de Taunay não preferiu dizer que “bonitas palmeiras ornavam o terreiro” da Fazenda da Alegria, do Ten. Diogo Garcia de Figueiredo, para não descrever, talvez o seu modestíssimo interior”? (20).

Foi, porém, esta simplicidade de costumes, reforçada pela democratização geral, nascida da atividade pastoril, que nivelava todos — patrões filhos, parentes, agregados, peões e até escravos — pelas jornadas em comum, os pernoites em céu aberto, a mesma alimentação, as mesmas habilidades, as mesmas alegrias ingênuas, que tornou menos difícil a expansão dos rebanhos para as terras favoráveis ao gado, que fossem devolutas, no sul de Mato Grosso.

Penetrando a província longínqua, por Santana do Paranaíba, foram atingir os campos da Vacaria e do Pantanal, como mostra Nelson Werneck Sodré (21). Dos 70 pioneiros apontados por ele, encontramos 14 no “Livro de Assentamento dos Gados” e outros tantos pudemos identificar pelo patronímico (22). Alguns, à época da expansão, não poderiam ter registrado seus ferros de marcar, por serem adolescentes, nascidos nas fazendas da região (23).

Constituindo famílias numerosas, casando-se entre si, os Garcia Leal, os Gonçalves Barbosa, os Lopes, os Pereira, formaram clãs poderosos,

que assentaram as bases atuais da pecuária do sul de Mato Grosso. Abrindo fazendas, batendo caminhos, erguendo capelas, tais criadores fundaram ou desenvolveram quase todas as cidades daquela região, a partir de Santana do Paranaíba — Nioac, Entre Rios, Aquidauana, Campo Grande, Maracaju — precedendo de muito a chegada de gaúchos.

Acreditamos que, depois deste estudo do “Livro de Assentamento dos Gados”, a região de criação da Franca seja vista com a importância que merece, colocando-se no panorama econômico paulista ao lado do Vale do Paranaíba cafeeiro e do Quadrilátero do Açúcar, na primeira metade do séc. XIX.

#### BIBLIOGRAFIA E NOTAS

- 1) População de Mogi Mirim, caixa 116 e seg., Departamento de Arquivo do Estado.
- 2) “Livro de Assentamento dos Gados”, cód. 973, Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, de Franca.
- 3) Prado Jr., Caio, “Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia”, Ed. Brasiliense Ltda, São Paulo, 4ª ed., 1953, pg. 193.
- 4) Ofício de 14-01-1871, Ofícios Diversos da Franca, Dep. Arquivo do Estado.
- 5) Muller, Marechal Daniel Pedro, “Ensaio d’um Quadro Estatístico da Província de São Paulo”, reed. lit. de “O ESTADO DE S. PAULO”.
- 6) Desconhecida, por exemplo, por Ernani da Silva Bruno, “Povoamento de São Paulo” e Alice P. Canabrava, “Esboço da História Econômica de São Paulo”, ambos in “São Paulo – terra e povo”, ed. Globo, 1967, para só lembrar dois dos maiores historiadores paulistas.
- 7) Prado Jr., Caio, op. cit., pg. 245.
- 8) Setzer, José, “A distribuição normal das chuvas no Estado de São Paulo”, in Rev. Bras. de Geografia, VIII, 1, pg. 28.
- 9) “Livro de Registro de Licenças de Comerciantes”, cód. 945, Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, de Franca.
- 10) Costa, Alfredo Henrique, “Introdução ao estudo da história da indústria de calçado de Franca: suas bases artesanais e o impacto tecnológico”, in Anais do III Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, Franca, 1967, pg. 579.
- 11) Silva, Raul de Andrada e, Intervenção à Comunicação do Prof. Alfredo Henrique da Costa, op. cit., pg. 591.
- 12) Ofício de 12-01-1854, Ofícios Diversos da Franca, Caixa 222, Dep. Arquivo do Estado.
- 13) Ofício de 31-12-1856, Ofícios Diversos da Franca, Caixa 228, Dep. Arquivo do Estado.
- 14) Ofício de 31-12-1856, cit.
- 15) Viana, F. J. de Oliveira, “Populações Meridionais do Brasil”, Liv. José Olímpio Ed., Rio, 1952, 1ª vol., pg. 77.
- 16) D’Alincourt, Luis, “Memória sobre a viagem do porto de Santos à Cuiabá”, Rio, 1830, pg. 71.

- 17) Bourroul, Estevam Leão, "Episódios da Anselmada", in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XVIII, 1913, 2ª ed., 1942, pg. 213.
- 18) Almeida, Aluisio de, "Mineiros vieram abrir fazendas e engenhos em terras paulistas", in "O ESTADO DE S. PAULO", 26-02-1964.
- 19) Saint-Hilaire, A., "Viagem pela Província de São Paulo", Liv. Martins Ed. São Paulo, 2ª ed., pg. 115.
- 20) Taunay, Visconde de, "A Marcha das Forças", ed. Melhoramentos, pg. 41.
- 21) Sodré, Nelson Werneck de, "Oeste – Ensaio sobre a grande propriedade pastoril", Liv. José Olímpio Ed., Rio, 1941, pg. 62.
- 22) O Cap. Januário de Souza, um dos pioneiros, foi vereador e juiz de paz na Franca.
- 23) Dona Senhorinha, por exemplo, a mulher do Guia Lopes, da Retirada da Laguna, filha de Antonio Gonçalves Barbosa, foi batizada a 22-03-1822, na Matriz da Franca.